

## APONTAMENTOS SOBRE ARTE E PATRIMÔNIO TÊXTIL. CONHECER PARA PRESERVAR, MAS COMO?

Joelma Leão<sup>1</sup>

### Resumo:

Parece-nos, hoje, que a inacessibilidade do pesquisador junto a alguns museus do país não avançou tanto quanto poderíamos imaginar. O que falar então, sobre uma categoria de patrimônio que, ainda, não é muito entendido ou conhecido, não só pelo público leigo, mas, também, pelos seus próprios “benfeitores profissionais”? A Educação Patrimonial, atividade que se esmera em um país como o Brasil para levar o conhecimento do patrimônio cultural a setores diversos, sobretudo aqueles do universo educacional, em seu nível fundamental e médio, ao que parece, deverá desdobrar-se em uma ação hercúlea para levar tal entendimento às esferas específicas que recebem, salvaguardam e detém o tal patrimônio. A saber, os próprios museus. Esse artigo tem como objetivo “tácito” colocar as experiências de alguns pesquisadores têxteis quanto a expectativa e frustração de acesso aos seus objetos de análise, bem como o aprendizado obtido por eles durante tais investidas.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Patrimônio Têxtil, Pesquisa Têxtil

### Introdução

Este trabalho pretende, apenas, e tão somente, levantar algumas questões pertinentes à pesquisa, levantamento de dados e, sobretudo, acesso às reservas técnicas e acervos de museus públicos e privados.

O tema se deu porque, claro, a autora não só acompanhou, mas passou por diversas experiências, as quais, averiguou o descaso de inúmeras instituições museológicas pelo interesse (real e sincero) de pesquisa de graduandos e pós-graduandos. Isso, então, significa dizer (sobre esses últimos), de pessoas que, no mínimo, não estão no empreendimento por mera coincidência, acaso ou aventura e sim pela vontade de conhecer, explorar e colocar em relevância os acervos em questão. Mereceriam, portanto, um mínimo de respeito e atenção.

Se você, amigo leitor, procurou um acervo para estudar e nunca passou por tal experiência, acredite, você é um afortunado.

Por outro lado, da parte de alguns museus e/ou instituições pública e/ou privada é necessário dizer que há, sim, aqueles que têm o máximo prazer de abrir-se à pesquisa acadêmica. Portanto, precisamos não só louvar tal atitude, mas colocá-la nos degraus mais altos daquilo que significa o conceito de cidadania, educação, patrimônio e, acima de tudo, amor, paixão pelo ato de preservar alguma coisa.

São dois lados bem distintos de uma mesma moeda. Moeda de troca, sem dúvida, mas que coloca o saber e o conhecimento em um contexto de fruição e o outro de mero poder institucional. E isso é muito perigoso quando tornado evidente. Talvez, seja por isso mesmo que o trabalho do pesquisador enfrente tamanha incompreensão por parte de alguns diretores institucionais. Há a necessidade de acessar, levantar, diagnosticar formas e critérios em que o

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História da Arte (Têxtil) pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Profa. da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

acervo se encontra. Há a necessidade de expô-lo a uma visão contemporânea de salvaguarda. Há o fato de se investigar o suporte documental disponibilizado ou não pela instituição em que consta o acervo em questão. Ou seja, há a necessidade de se elaborar um levantamento “espaço/temporal” quanto aos registros implicados (PANOSFKY, 1955:26) ou mesmo a inexistência deles junto aos funcionários de várias “patentes” do lugar pesquisado em questão (ou melhor, do lugar em que reside o acervo pretendido para análise):

O primeiro passo é, como já foi mencionado, a observação dos fenômenos naturais e o exame dos registros humanos. A seguir, cumpre “decodificar” os registros e interpretá-los, assim como as “mensagens da natureza” recebidas pelo observador. Por fim., os resultados precisam ser classificados e coordenados num sistema coerente que “faça sentido”. (PANOFSKY, 1955:26)

Essas são algumas das questões metodológicas iniciais impostas ao pesquisador, pois, em seguida, vem a questão (dependendo do suporte a ser pesquisado), as implicações técnicas em que se averiguam a perícia do pesquisador quanto ao levantamento das qualidades iconográficas existentes no objeto pesquisado, na esmagadora maioria das vezes, análises que avançam aos seus pressupostos físico-químicos. Tal levantamento, portanto, se faz penoso e não se configura, como dissemos no início deste trabalho, em um trabalho de aventura investigativa e sim de competências profissionais específicas, feitas, hoje em dia, em nosso país, arduamente.

De um lado, então, há, ao que parece, a retórica de diretores e alguns de seus subordinados que entendem o acesso de pessoas “estranhas” ao seu quadro técnico de funcionários como invasiva e, nesse sentido, vetam ou “enrolam” a ação do pesquisador frente ao seu objeto de análise (o outro lado da história...). Porém, convenhamos, há também um fato que agrava tal relação - museu/instituição e pesquisador - quando a atitude deste último é pouco eficiente em suas aspirações ao se mostrar altivo, arrogante ao prescrever suas ações e idealizar diagnósticos prematuros sobre o patrimônio a ser pesquisado (seja ao nível de pura análise documental ou, em pior grau, do estado conservativo em que se encontram as peças das reservas técnicas e até mesmo em exposições). O fato é que, tal impasse gerou ao objeto de pesquisa, (e é gerado com frequência de ocorrência maior que a desejada), sua lamentável condição de inércia, uma vez que pode vir até a, literalmente, apodrecer nos recônditos de suas reservas técnicas. Objeto este que, por Lei (federa, estadual e/ou municipal), deveria estar sendo assistido em seus direitos: sua guarda, sua seleção, sua pesquisa, sua extroversão, sua conservação e, enfim, sua preservação.

Sobre o conceito, papel e acesso a museus e/ou instituições temos o “Estatuto dos Museus” (Lei de nº 11.904, sancionada pelo Presidente da República em 14 de janeiro de 2009) que, muito embora seja ampla em algumas de suas argumentações, configura como mínimo suporte aos interesses público e/ou acadêmico pela pesquisa e salvaguarda do assunto patrimonial.

Assim vejamos, sobretudo, o que diz o Artigo 1º, para a configuração do conceito de museu, sua importância e papel e, ainda, o Artigo 2º, quanto as ações fundamentais de seu exercício.

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e

coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I - a valorização da dignidade humana;

II - a promoção da cidadania;

III - o cumprimento da função social;

IV - a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V - a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI - o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

(Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2009/01/15/estatuto-de-museus-2/>, acesso em 12 de setembro de 2009, grifo da autora).

Portanto, só é possível compreender que tal desinteresse, e suficiente falta de informação por parte de alguns dirigentes museológicos, mereceriam uma ação conjunta da formidável metodologia que hoje vem se aplicada aos alunos das redes de ensino médio e fundamental, sobre o que vem a ser Educação Patrimonial. Como muito bem demonstram Funari e Funari (In: SOARES e KLAMT, 2008:11, grifo da autora):

A Educação Patrimonial constitui um campo de ação, por definição, inter e transdisciplinar. Insere-se nas preocupações pedagógicas e não pode ser dissociada das discussões sobre o sentido mesmo do ensino. O patrimônio, por sua parte, envolve a História, mas também a Arqueologia, as Artes, como Arquitetura, a Geografia, a Linguagem e mesmo a Matemática.

Hoje, já podemos entender os frutos de tal ação sobre a consciência crítica e sobretudo sensível de crianças de 10 e 12 anos sobre a necessidade de se preservar:

Podemos preservar um patrimônio para que um dia ele passe para outra geração. Um patrimônio pode durar se cuidarmos dele, dando carinho e um pouco de atenção, porque, se for perdido, não poderá passar para outra geração”. (FUNARI e FUNARI in SOARES e KLAMT, 2008: 17, grifo da autora)

O relato acima fora observado por uma aluna de ensino fundamental através de estratégias metodológicas sobre Educação Patrimonial e compartilhado pelas análises contidas no livro “Educação Patrimonial: Teoria e Prática”<sup>2</sup>. Abaixo, inclusive, se faz pertinente a reprodução do desenho elaborado pela aluna, para a associar a ideia sobre preservação do patrimônio e sua expressão social

---

<sup>2</sup> SOARES, André Luís Ramos e KLAMT Sérgio Célio (orgs.). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*, Santa Maria, UFSM, 2008.



Figura 1: Desenho realizado por aluna do Ensino Fundamental<sup>3</sup>

Fonte: SOARES e KLAMT (orgs.), 2008:21.

Nesse sentido, gostaria de colocar em relevância tanto a observação relatada, quanto a sensibilidade dos observadores em demonstrar através de uma publicação, simples palavras que, no entanto, indicam o claro entendimento sobre a ação de preservação. Percebemos, então, a sinceridade de análise que pôde ser então observada por uma criança de ensino fundamental para com aquilo que entedemos ser o patrimônio cultural de uma sociedade.

A questão é mais agravada ainda, acredito, quando tal assunto se direciona ao patrimônio têxtil, em que figura o literal desconhecimento histórico, técnico e artístico de grande parte dos detentores desse acervo em específico. Dessa forma, observa-se por esses últimos uma certa desconfiança e aborrecimento que aumentam na medida em que, atualmente, uma cultura de moda, em processo de aprimoramento, demanda um acesso maior a tais objetos. Fato que, lamentavelmente, também ocorre por conta dessa própria cultura de moda encontrar-se, em pleno século XXI, ainda limitada em sua noção do que hoje vem a ser o conceito de valor patrimonial têxtil<sup>4</sup>.

Paula (1994:167) explora muito bem a noção do objeto têxtil e a de sua salvaguarda através do trabalho do conservador têxtil:

A expressão “Patrimônio Têxtil” traz consigo uma sensação de estranheza, novidade e até de preciosismo. Falar em objetos históricos têxteis ou documentos históricos em tecido soa igualmente “novo”. Ao contrário do que ocorre no estrangeiro, intitular-se “Conservador Têxtil”, no Brasil, nada esclarece ao nosso interlocutor. Estranho ou não, o fato é que precisamos admitir, antes de mais nada, a existência de um

<sup>3</sup> Esse desenho demonstra que o imaginário infantil pode ser levantado através da análise do vestuário tradicional de uma sociedade. Para isso ver ZATTERA, Vera Stedile. Cone Sul: Adereços Indígenas e Vestuário Tradicional, Porto Alegre, Pallotti, 1999.

<sup>4</sup> O conceito sobre o patrimônio têxtil, no sentido do que vem a ser o objeto têxtil já foi trabalhado em maior profundidade pela autora no artigo “Por um Estudo da Obra de Arte Têxtil. Propostas e Desafios para o Brasil”, no II EHA, em 2006 e será brevemente aqui reproduzido: “O termo Têxtil, derivado do latim *texere* (tecer), originariamente aplicado somente a tecidos planos, tem se tornado um termo geral para fibras<sup>4</sup>, tecidos e outros materiais que podem ser transformados em tecidos, produzidos por entrelaçamento ou qualquer outro método. Desta forma, fios, cordas, fitas, renda, passamanaria, bordados, redes, tecidos feitos por tecelagem, malharia, feltragem e alguns outros, são têxteis. Algumas definições do termo Têxtil poderiam também incluir aqueles produtos obtidos pelo princípio da fabricação do papel (não tecidos) que têm muitas propriedades associadas aos tecidos convencionais.”

Patrimônio Têxtil Brasileiro extremamente rico e, infelizmente, em más condições de conservação”.

Dessa forma, tanto quem acha que preserva, quanto quem acha que quer preservar muitas vezes são levados ao erro, ao equívoco, sobre os objetivos de pesquisa de um têxtil, sobretudo, ao iniciarem o seu exercício prático.

(...) e necessário pensar os problemas que se apresentam aos responsáveis por sua guarda, conservação, pesquisa e exposição. Os problemas são muitos, e começam pela documentação incompleta, pela catalogação geralmente equivocada. Por exemplo: a falta de conhecimento das técnicas de tecitura e das fibras mais utilizadas é bastante comum na catalogação dos acervos e, mesmo na divulgação das informações sobre os objetos em etiquetas e catálogos de exposições. Confunde-se cetim, uma das formas de tecitura, com seda, um tipo de fibra. Ora se fala da técnica, ora da matéria-prima: veludo, gorgorão, sarja, algodão, pano, tafetá, lã, feltro, pelúcia, sintético, tudo aparece como definindo uma mesma estrutura. É comum encontrarmos dois objetos de estrutura semelhante, classificados com nomes diferentes. E daí surge o problema maior: se não sabemos o que temos “em mãos”, como podemos conservá-lo? (PAULA, 1994: 168).

Para então haver harmonia, entre profissionais de museus, pesquisadores e conservadores, sobretudo na área têxtil, há a necessidade de uma pedagogia inicial que, no entanto, deve se aprofundar ao longo do processo de análise:

Andrade (2006:74), coloca cinco questões que devem ser abordadas quando se estuda e documenta um objeto têxtil. Ela inicia com a “Observação das Características Físicas” (feita através de uma primeira impressão sobre objeto. Trata-se do que? Um suspensório? Um par de luvas do século XVIII? É parte de um corpete do século XIX? Este paramento pode ser de iconografia barroca? Porém tais especulações devem estar restritas às condições físicas do objeto ou aquilo que sobrou dele, como rastros de costuras, etc.)<sup>5</sup>. Depois, há a “Descrição do Objeto” (feito através de registros como fotos, desenhos, maquetes, etc, envolve a descrição dos materiais, construção de ligamento, modelagem, estilos, etiquetas, bordados, carimbos, etc.). Depois, a “Identificação” (processo que permitirá a condução de um diagnóstico quanto as suas atribuições de origem e data, por exemplo). Há, ainda, “Exploração ou Especulação do Problema” (fase esta em que se aprimoram, mediante as análises anteriores – às vezes de ordem físico-químicas – o diagnóstico do objeto) e, por último, a “Pesquisa em outras fontes e programa de Pesquisa” (somente possível após as fases anteriores serem completadas, pois facilitará, em muito, a associação estabelecida entre os dados tangíveis, físicos e aqueles de sua possível bibliografia e iconografia, o que pode ser feito, inclusive, com objetos similares (porém, não incorrendo no erro das generalizações históricas e de diagnóstico científico que a literatura especializada disponibiliza).

<sup>5</sup> Podemos completar esse primeiro estágio de análise através das considerações de Leslie Miller: “Como toda fonte de informação histórica, eles precisam ser lidos. ‘Ler’ objetos, assim como ler textos, depende dos conhecimentos e das habilidades do especialista, sendo que alguns demandam o aprendizado de um determinado vocabulário que, por sua vez, é dependente do contexto da criação, do uso e da sobrevivência do objeto em si”. MILLER, Lesley. *Extramuros/Intramuros: universidades, museus e a história do têxtil*. In: PAULA, Teresa Cristina Toledo de. *Tecidos e sua conservação no Brasil: museus e coleções*. Editora da publicação Teresa Cristina Toledo de Paula; (tradutores Angela Zucchi, Gavin Adams, María Alicia Gancedo Álvarez). São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, p. 25.

Tal processo antecede aquele que deverá nortear, se for o caso, da conservação preventiva, conservação ou restauração do objeto em questão. Nesse ponto, as ações acima previstas colocam-se de extrema necessidade e importância aos locais que detêm tais objetos. Pelo menos aqueles que se importam, mesmo que minimamente, com a salvaguarda daquilo que possuem em termos têxteis.

(...) antes de iniciar qualquer tratamento de um objeto, que o profissional disponha de uma pormenorizada análise histórica e técnica do objeto, na qual estejam relacionadas suas principais características documentais. Isto permitirá ao conservador um melhor planejamento de suas atividades e o impedirá de ultrapassar os limites impostos pela ética. Sem dúvida, este é o procedimento mais correto, mas infelizmente o mais distante de nossa prática, aqui no Brasil”. (JEDRZEJEWSKA apud PAULA, 1994:168-169).

Ou seja, o trabalho de pesquisa do objeto têxtil deve anteceder e facilitar o trabalho de sua conservação/restauração. Assim, ao pesquisador têxtil (o que abrange, basicamente, tecido e vestuário), essas são as diretrizes iniciais que incrementarão os dados de tombamento ou o ajudará, em muito (se este não existir). Portanto, o auxílio de profissionais devidamente capacitados ao exercício de tal função se inicia através de uma também, metodologia sobre Educação Patrimonial, só que voltada às especificidades têxteis. Como dito, tal análise dentro de museus/instituições só cumpre a função de colaborar da melhor maneira para os mesmos. Se, é claro, esses assim o permitirem.

Idealmente, o trabalho para os estudantes não apenas permite que eles realmente compreendam os objetos, como também os conduz a uma carreira apropriada<sup>6</sup>, podendo ainda contribuir com o conhecimento do museu sobre seus artefatos e coleções, auxiliando na interpretação dos têxteis em exposição, em publicações e *websites* dos museus. (MILLER in PAULA, 2006:25)

Vemos, portanto, que as condições que levam o pesquisador a insistir em seu trabalho de análise são, em primeiro lugar a paixão pela descoberta de um percurso que atua como verdadeira incógnita em nossa história de Moda e de Vestuário. Depois, a especialização necessária que se faz para se obter do documento têxtil (uma fonte primária) a máxima eficiência de dados, somente possível através de conhecimentos técnicos, como por exemplo, o de padrões de tecimento e modelagem.

A motivação e iniciativa que hoje se vêem instauradas, sobretudo, por parte de poucos museus e em certas instituições de ensino de moda no país, deflagra-se muitas vezes em frustração e desencanto quando esbarra na falta de sensibilidade intelectual daqueles que estão à frente de certos museus/instituições. Sensibilidade esta que se assemelha a de certos proprietários de latifúndios, em que não se reflete sobre a ação legítima que deveria ser a de sustentabilidade social, econômica, política e cultural. Ou seja, a sua função de contribuir na formação de cidadãos mais críticos e cientes de sua própria identidade.

Nesse sentido, deixo meu último apelo que, tanto as instituições de ensino, como as museológicas olhem para si mesmas e não só permitam a entrada de projetos de graduação e pós graduação, mas também (se isso não for “pedir muito”), motivem e incentivem tais ações. Há muito o que pesquisar em nosso país, por exemplo, sobre as obras de Charles Frederic

---

<sup>6</sup> Carreiras como, historiadores têxteis, curadores de museus (têxteis ou não) ou conservadores de têxteis.

Worth<sup>7</sup> (pequeno acervo que se encontra hoje no Museu Casa da Hera, em Vassouras/RJ e que necessitaria de ações mais corajosas à salvaguarda de seu patrimônio têxtil, uma vez que seria relevante conhecer as técnicas de Alta Costura por ele impostas...), ou mesmo sobre paramentos eclesiásticos antigos (muitos existentes nas várias igrejas de Minas Gerais ou mesmo no Museu de Arte Sacra de São Paulo e de tantos outros espalhados pelo Estado e pelo resto do país...). Isto nos ajudaria a entender melhor, por exemplo, quais foram as bases de desenvolvimento de certos artigos têxteis de luxo no Brasil, com relação às suas técnicas específicas e respectiva iconografia, uma vez que tal dado não existe em sua profundidade em nossa história.

Acredito, firmemente, que só uma ação conjunta, séria, comprometida e, acima de tudo profissional, poderá ajudar a estabelecer uma postura mais digna entre pesquisa e pesquisador. Acredito, ainda, que a qualidade de vida de um país, estabelece-se não só pelas ações que sustentam a integridade física de seu povo, mas também na sua integridade emocional, aquela que nos mostra a utilidade e o valor de nossas vidas, a que preenche os vácuos de nossa identidade e elabora um retrato mais fiel de nossa auto estima.

Revirar baús, reaprender as técnicas, valorizar o que existe mostrando suas relações com a cultura e a sociedade e, finalmente, estudar os processos técnicos e científicos para entendermos as possibilidades de contar a nossa história através dos tecidos que aqui estiveram e dos que aqui se produziram. (CASTILHO, 2006:126)

### Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Rita. Por debaixo dos panos: cultura e materialidade de nossas roupas e tecidos. In: PAULA, Teresa Cristina Toledo de. *Tecidos e sua conservação no Brasil: museus e coleções*. Editora da publicação Teresa Cristina Toledo de Paula; tradutores Angela Zucchi, Gavin Adams, María Alicia Gancedo Álvarez). São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, pp. 72-76.

CASTILHO Káthia. Têxteis como documentação da técnica e da estética. In: PAULA, Teresa Cristina Toledo de. *Tecidos e sua conservação no Brasil: museus e coleções*. Editora da publicação Teresa Cristina Toledo de Paula; tradutores Angela Zucchi, Gavin Adams, María Alicia Gancedo Álvarez). São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, pp.123-126.

FUNARI, Pedro Paulo e FUNARI, Raquel dos Santos. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos e KLAMT, Sergio Célio (organizadores). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2008, pp.11-21.

LEÃO, Joelma. Por um estudo da obra de arte têxtil. Anais do II Encontro de História da Arte, IFCH/UNICAMP, Campinas/SP.  
Disponível em [www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/\(43\).pdf](http://www.ifch.unicamp.br/pos/hs/anais/2006/posgrad/(43).pdf)

MILLER, Lesley. Extramuros/Intramuros: universidades, museus e a história do têxtil. In: PAULA, Teresa Cristina Toledo de. *Tecidos e sua conservação no Brasil: museus e coleções*. Editora da

---

<sup>7</sup> Primeiro costureiro de Alta-Costura, século XIX.

publicação Teresa Cristina Toledo de Paula; (tradutores Angela Zucchi, Gavin Adams, María Alicia Gancedo Álvarez). São Paulo: Museu Paulista da USP, 2006, pp. 24-31.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. (tradução Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 2002, 3ª edição.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. A conservação do patrimônio têxtil. Revista da Biblioteca Mario de Andrade. São Paulo: v. 52, jan./dez. 1994, pp. 167-175.

**Site:** Ministério da Cultura, para o Estatuto dos Museus. Disponível em:  
<http://www.cultura.gov.br/site/2009/01/15/estatuto-de-museus-2/>, acesso em 12 de setembro de 2009.

**Figura 1:** FUNARI, Pedro Paulo e FUNARI, Raquel dos Santos. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos e KLAMT, Sergio Célio (organizadores). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2008, pp.11-21.